

**ATA**

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereadora Maria Helena Soeiro – Quis saber de que forma a Câmara Municipal se preparou para o início deste ano letivo tendo em conta que ainda não é conhecida a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga relativamente às providências cautelares apresentadas contra o encerramento das EB 1 de Souto S. Salvador, Rendufe e Gonça. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu o risco de ruína de um muro de suporte de um acesso a garagens na Rua 24 de junho, na freguesia de Aldão, que ameaça a segurança de 12 famílias, comentando aspetos do processo, designadamente as informações técnicas que atestam a conformidade da obra com o projeto aprovado. Disse considerar que a Câmara Municipal não podia ignorar a sua responsabilidade no problema que enfrentam os proprietários do referido edifício, designadamente através do

apuramento de responsabilidades técnicas. Perguntou por que razão o licenciamento da obra não foi considerado no seu todo compreendendo, também, o licenciamento do muro. Por último, disse estar satisfeito com o resultado da reunião ocorrida no dia de ontem entre proprietários e a Câmara Municipal, representada pelo Vereador Amadeu Portilha, nomeadamente quanto à possibilidade do pagamento faseado da comparticipação dos proprietários, solicitando que o mesmo tenha em consideração a situação socioeconómica de cada família. -----

3 – Vereador António Monteiro de Castro – a) – Comentou o relatório de execução orçamental referente ao 2.º trimestre de 2014 da VITRUS Ambiente, EM, SA, perguntando a razão da derrapagem verificada de €100.000,00; **b)** - Comentou, também, a edição do livro sobre as primeiras quatro décadas do poder local democrático em Guimarães, entendendo que deveria ser dada mais informação, designadamente quanto ao número de exemplares que serão editados. -----

4 - Vereador Ricardo Araújo – Comentou a declaração de voto do Partido Socialista relativa à deliberação de Câmara, tomada no passado dia 1 de agosto, que aprovou o Protocolo de Cooperação tripartido entre a Universidade do Minho, o Município de Guimarães e a Agência para Modernização Administrativa (AMA) com vista à instalação, em Guimarães, de uma Unidade de Desenvolvimento da AMA destinada a projetos na área do Governo Eletrónico, dizendo que aquela declaração de voto não referia qualquer agradecimento ao Governo, tal como fez o Presidente da Câmara em declarações públicas prestadas sobre este assunto.-----

5 – Vereadora Adelina Paula Pinto – Sobre as providências cautelares que contestam a decisão do Ministério da Educação de encerramento das EB 1 de Souto S. Salvador, Rendufe e Gonça,



cuja decisão que ainda não é conhecida, disse que a Câmara Municipal tinha preparado dois planos de ação, acautelando as duas situações, garantindo que a Autarquia tudo fará para que as comunidades escolares tenham o apoio necessário no início do ano letivo. -----

6 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas,

esclareceu: a) - Sobre o risco de ruína de um muro de suporte de uma estrada de acesso a garagens na freguesia de Aldão, disse que a Autarquia tem acompanhado o processo garantindo que não se substituirá à responsabilidade dos técnicos autores do projeto nem do empreiteiro. Acrescentou que compete à Câmara Municipal analisar a conformidade dos documentos apresentados com a legislação em vigor. Disse, ainda, que as vistorias administrativas são realizadas para que se salvguarde ou menorize o risco para as pessoas de eventual desmoronamento ou queda de edifícios, pavimentos ou espaços materiais de modo a que a Câmara Municipal determine se é possível continuar a habitar os edifícios, passar ou transitar por determinados espaços, tendo em vista tomar as medidas adequadas. Referiu a reunião realizada no dia de ontem entre proprietários, a Câmara Municipal, representada pelo Vereador Amadeu Portilha, e a Junta de Freguesia de Aldão no sentido de se encontrar uma solução para devolver a segurança ao referido muro de suporte, acrescentando que a Câmara Municipal não poderá assumir o encargo financeiro de todas as situações que possam ocorrer, independentemente da responsabilidade que caiba a cada entidade. Contudo, acrescentou que caso se verifique impossibilidade financeira de os proprietários assumirem as suas responsabilidades neste processo, terão que ser encontradas soluções no âmbito do apoio social mediante verificação socioeconómica do agregado familiar. Por último, disse

que todos os intervenientes estavam interessados em resolver o problema e empenhados na reconstrução do muro, pelo que considerava que estavam a ser dados os passos certos para que o problema seja resolvido; **b)** - Sobre o relatório de execução orçamental referente ao 2.º trimestre de 2014 da VITRUS Ambiente EM SA disse que passaria a palavra ao Vereador Amadeu Portilha para que explicasse, com detalhe, o que havia ocorrido; **c)** - Quanto à edição do livro sobre as primeiras quatro décadas do poder local democrático em Guimarães, disse ter deixado o programa à consideração do autor, o Eng.º Raul Rocha, programa que se tornará definitivo depois de consultada a comissão de acompanhamento; **d)** - Sobre o Protocolo de Cooperação tripartido celebrado entre a Universidade do Minho, o Município de Guimarães e a Agência para Modernização Administrativa, disse que já havia sido dito tudo, pelo que não tinha mais declarações a prestar. -----

7 - Vereador Amadeu Portilha – Sobre a derrapagem que se verifica de €100.000,00 na execução orçamental referente ao 2.º trimestre de 2014 da VITRUS Ambiente EM SA esclareceu que se deveu às obras de recuperação do edifício sede sito na Avenida Cónego Gaspar Estação, cedido pelo Município em regime de comodato por deliberação de 30 de maio de 2013, uma vez que tal investimento não constava dos documentos previsionais para o ano de 2014. Disse, ainda, que a recuperação do edifício foi realizada com investimento próprio permitindo, assim, melhorar as condições de trabalho e aproximar a sede do centro da cidade uma vez que ocupava instalações na Praça Francisco Sá Carneiro, em regime de arrendamento. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de



Câmara vai realizar-se na Vila de Pevidém, nas instalações da EB 2,3 de Pevidém, à hora habitual. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de julho de 2014, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada designada por "Trilhos e Caminhos - Veiga de Creixomil", de acordo com informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais. -----

2. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de agosto de 2014, que adjudicou a "Cândido José Rodrigues, S.A.", pelo valor de €359.812,90 + IVA, a empreitada designada por "Trilhos e Caminhos - Veiga de Creixomil". -----

3. Do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 26 de agosto de 2014, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada de Reabilitação da Ponte de Campelos e execução de passagem pedonal, de acordo com informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais. -----

4. Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de junho, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

5. Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o relatório de execução orçamental referente ao 2.º trimestre de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

6. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de agosto de 2014, que adjudicou a RELEVONDULANTE, Unipessoal, Lda., o

desbaste de eucaliptos na Rua de Cortes, da freguesia de Ponte, pelo preço de €2.600,00 + IVA à taxa legal. -----

7. Da seguinte proposta: "O Poder local foi e é em Portugal, e em Guimarães, a principal escola de participação política de milhares de cidadãos. Foi, através do Poder local, com homens e mulheres na sua maioria anónimos, e em muitos casos já esquecidos, que foi construído o edifício democrático que sustentou o desenvolvimento dos Municípios e das pequenas comunidades que os integram. Quarenta anos depois de 1974, quando muitos da primeira geração de intervenção política democrática no Portugal de Abril já nos deixaram, é importante legar o seu testemunho para as próximas gerações e registar a história dessas décadas pioneiras da democracia em Guimarães. No nosso Concelho, dado o elevado número de freguesias, exerceram e exercem funções, em cada mandato, centenas de nossos concidadãos de diferentes quadrantes políticos que muito deram e dão à causa pública. Com o objetivo de deixar registado em livro, o que foram as primeiras quatro décadas do Poder local democrático em Guimarães, propõe-se a elaboração de uma obra que registe a vida do Município e de todas as freguesias, incluindo testemunhos daqueles que foram protagonistas principais da intervenção autárquica que tanto contribuiu para o progresso das nossas diferentes comunidades. Para a sua elaboração designei o membro do Gabinete de Apoio à Vereação Raul Rocha, que acompanhou as várias décadas do poder local democrático e tem obra publicada sobre a vida política da sociedade vimaranense. Para acompanhamento dessa elaboração, e com o objetivo de integrar transversalmente diferentes contributos que possam enriquecer a elaboração proposta, convidei para constituírem uma comissão de acompanhamento editorial os vimaranenses António Xavier,



Cândido Capela Dias, José António Pinheiro, e José Ferreira Lopes.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador Ricardo Araújo por não ter estado presente na reunião.-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 1 DE AGOSTO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Maria Helena Soeiro por não ter estado presente na reunião.-----

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA NA RIBEIRA DE COUROS - ZONA DAS HORTAS - S. SEBASTIÃO – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de agosto de 2014, que aprovou a lista de erros e omissões da empreitada designada por “Intervenção Hidráulica e Paisagística na Ribeira de Couros – Zona das Hortas – S. Sebastião”, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos) que, para este efeito, contactou os respetivos projetistas. Nesta sequência, foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos

do n.º 5 do art. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 11 de agosto de 2014 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato.” A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE COUROS – S. SEBASTIÃO – SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO JÚRI - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 19 de agosto de 2014, que aprovou a substituição de dois membros de júri no procedimento relativo à empreitada de Intervenção Hidráulica e Paisagística da Ribeira de Couros - S. Sebastião, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Os elementos do júri do presente procedimento em número de 5 (3 efetivos e 2 suplentes) foram designados por deliberação de Câmara de 10 de julho de 2014 aquando a abertura do procedimento. Constata-se, porém, que na



presente data se encontram em gozo de férias 3 desses elementos, o que invalida a constituição de um júri com 3 elementos efetivos. Pese embora o signatário da presente fazer parte do júri nomeado para o presente procedimento e pelo facto de ser coautor do projeto, por questões de transparência no processo, foi entendido superiormente que não deve desempenhar essa função, pelo que se propõe o seguinte: para que o júri possa funcionar com os 3 membros obrigatórios por lei, proponho que seja designado o Eng.º Luís Filipe Vieira Teixeira e o Eng.º Ulisses Filipe Martingo Costa Ferreira, para integrar aquele júri, até ao regresso dos membros do júri inicialmente designados.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----

OBRAS PÚBLICAS – INTERVENÇÃO HIDRÁULICA E PAISAGÍSTICA DA RIBEIRA DE COUROS – S. SEBASTIÃO – ADJUDICAÇÃO

- Presente, para aprovação, o relatório final relativo à empreitada designada por “Intervenção Hidráulica e Paisagística da Ribeira de Couros - S. Sebastião”, que propõe a adjudicação ao concorrente “Empresa de Construções Amândio Carvalho, S.A.”, pelo preço de €850.005,55 + IVA, para um prazo de execução de 90 dias. O referido relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----

FREGUESIAS – APOIO ÀS FREGUESIAS - SERVIÇOS DE FORMAÇÃO PARA ELEITOS LOCAIS

- Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: “As freguesias constituem uma importante rede capilar de apoio aos cidadãos,

desempenhando um papel de ajuda às populações nos mais diversos domínios, na resolução dos seus problemas imediatos e muitas vezes como fator de resolução de problemas sociais, de relação assistencial das pessoas e até de cariz familiar e até de promoção do investimento; Atentando a que a nova realidade autárquica, sobretudo com as uniões de freguesia, mas também ao nível das alterações legislativas introduzidas sobre as novas competências e receitas atribuídas às Juntas de Freguesia, implica novos desafios para estas autarquias, nomeadamente pelas alterações introduzidas no ordenamento jurídico pelas leis nºs 73/2013 e 75/2013, relativas aos regimes financeiros, gestões e competências dos órgãos das freguesias, onde sobressaem os Acordos de Execução; Considera-se pois fundamental, a concretização periódica de ações de qualificação e encontros temáticos para os eleitos locais com vista à informação e sensibilização dos Presidentes das Juntas de Freguesia e os restantes eleitos locais das freguesias para uma nova realidade em termos de poder autárquico, assente nas alterações legislativas. A ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional constitui uma plataforma de cooperação entre os setores público e privado, em prol do desenvolvimento de um espaço regional e encontra-se qualificada como ADR - Agência de Desenvolvimento Regional, de acordo com o Decreto-lei nº 88/99, de 19 de Março, que define o estatuto das agências de desenvolvimento regional (ADR). A ADRAVE, em conformidade com os seus Estatutos, tem como objeto social promover a modernização de base económica, social e cultural da região, assumindo, simultaneamente, o papel de agente dinamizador e incentivador de novas atividades na região. O seu objetivo prende-se com a modernização da base económica, social e cultural da região através da elaboração de estudos e



projetos bem como a definição de uma estratégia de desenvolvimento da região, enquadrada nos objetivos do QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional. Deste modo, a ADRAVE propôs à Câmara Municipal de Guimarães a realização das seguintes ações com vista à capacitação dos eleitos das Freguesias: a) **“O estatuto dos eleitos locais da freguesia: a Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (competências e funcionamento)”** - Órgãos da freguesia: atribuições e competências segundo a nova Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Incompatibilidades, impedimentos, inelegibilidades e crimes de responsabilidade dos eleitos da freguesia. b) **“As políticas de desenvolvimento local - um novo olhar sobre o território”** - A freguesia e os indicadores estatísticos relevantes ao nível social económico e da educação. A definição de uma visão de Futuro para as freguesias. A freguesia como polo solidário, com aposta na dinamização económica. As taxas de natalidade e envelhecimento ativo no concelho de Guimarães. c) **“Estratégia Municipal para a promoção do emprego e desenvolvimento económico do concelho de Guimarães”** - O reforço da competitividade empresarial no concelho de Guimarães. Programas e apoios disponíveis no concelho. Fundo de Investimento Guimarães *Finicia* e as PME's. O papel, das Juntas de Freguesias na dinamização do investimento. O instrumento disponíveis no IEFP. d) **“A gestão financeira e a lei das finanças locais”** - Lei das Finanças Locais, as finanças, a contabilidade, as obrigações de reporte de informação das Freguesias. Nesta data todos os propósitos supracitados foram concretizados, com exceção da ação sobre “A gestão financeira e a lei das finanças locais”. Estas ações, com vista à capacitação dos eleitos locais das Freguesias, configuram

um apoio às Freguesias, permitindo-lhes conhecimento, informação e sensibilização para o novo quadro legal aprovado pelos diplomas legais supracitados. Na verdade, as alterações introduzidas no ordenamento jurídico são substanciais, desde logo as que se apresentam agora como forma de estabelecer relações entre os Municípios e as Freguesias, em matéria de delegação de competências, os denominados acordos de execução e os contratos interadministrativos. Nos termos do que dispõe a al. l) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal *"discutir e preparar (...) com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei"*. Estes contratos têm que ser negociados entre as partes e o que a Câmara Municipal pretende, com estas ações de sensibilização, é dotar os eleitos locais das freguesias de conhecimentos que lhes permitam promover internamente, na freguesia, e depois no relacionamento com a Câmara Municipal, as diligências necessárias à celebração daqueles contratos. Nesse sentido, e porque, como se disse, estas ações de sensibilização configuram, no ordenamento jurídico atual, uma forma de apoio às Freguesias e que, nos termos da al. j) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da supra referida Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal *"deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações"*, propõe-se que seja submetida uma proposta a reunião de Câmara, para posterior envio para aprovação pela Assembleia Municipal, que autorize esta forma de apoio que se traduzirá no pagamento, à ADRAVE, do valor correspondente aos serviços prestados com estas ações de sensibilização, que comporta, de acordo com as especificidades de cada uma das



ações desenvolvidas, encargos diferenciados, apresentando-se aqui o valor global apurado que perfaz a quantia de €2.400,00, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor. À consideração Superior.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ---- FREGUESIAS - ALTERAÇÃO DA MENÇÃO DAS OBRAS E CORRESPONDENTES VALORES CONSTANTES DO MAPA DE REPARTIÇÃO DE APOIOS A CONCEDER ÀS FREGUESIAS, CONCRETAMENTE À FREGUESIA DE AZURÉM** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 29 de maio de 2014, e a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberaram aprovar a concessão de apoios municipais às freguesias, tendo sido aprovada a minuta do respetivo Contrato de Atribuição de Subsídio, bem como o mapa de repartição de apoios a conceder naquele âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, nos termos e fundamentos constantes da respetiva proposta que aqui se dá por reproduzida. Acontece, porém, que a Junta de Freguesia de Azurém solicitou a alteração das obras mencionadas naquele mapa, propondo a inclusão dos trabalhos a realizar no cemitério da freguesia no âmbito da Atribuição de Subsídio, e ainda a alteração dos correspondentes valores das verbas a atribuir. Deste modo, importa alterar aquela deliberação quanto a identificação das obras, bem como os respetivos valores, sendo que o valor total a atribuir à freguesia de Azurém mantém-se inalterado, ou seja, €42.743,27. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no que diz respeito à Freguesia de Azurém, a alteração da designação das obras para efeitos de Atribuição de Subsídio, nos seguintes termos: onde se lê

“construção de Nicho de Nossa Senhora no Monte Largo”, deve ler-se “construção de Nicho de Nossa Senhora no Monte Largo e obras no Cemitério”, a que corresponderá uma verba no valor de €36.500,00, em vez de €7.500,00; quanto à designação das obras para efeitos de Delegação de Competências: onde se lê “pavimentação da rua de Santa Ana e drenagem de águas pluviais e construção de um estacionamento na rua Alto do Sobreiro”, deve ler-se “pavimentação de um estacionamento e de uma travessa da Rua Santa Ana e respetivas drenagens de águas pluviais”, a que corresponderá uma verba no valor de €6.243,27, em vez de €35.243,27, perfazendo um total de €42.743,27.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PROJETO: “INTERVENÇÃO LOCAL - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA” – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE RONFE – Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Orçamento Participativo de 2013 foi submetido e aprovado o seguinte Projeto: “Intervenção local - Promoção da qualidade de vida”. O Projeto “Intervenção local - Promoção da qualidade de vida” tem como principal objetivo realizar intervenção social e comunitária junto de idosos, através da criação de uma equipa de profissionais na área da saúde - terapeuta ocupacional para trabalhar em parceria com instituições locais com o objetivo de prestar apoio e promover um envelhecimento ativo. De acordo com os estudos promovidos pelo Município de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as competências para a gestão destes projetos ficam



melhor acauteladas se delegadas nas freguesias onde se pretendem implementar, em virtude de se encontrarem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades destas. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Ronfe, conforme minuta em anexo. Mais se propõe, conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este contrato interadministrativo, de acordo com a seguinte repartição de encargos: outubro de 2014 - €5.502,00; janeiro de 2015 - €5.502,00; abril de 2015 - €5.502,00; julho de 2015 - €5.502,00." A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PROJETO: "TABU" E "E-CONCERTAR" – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – Presente a seguinte proposta: "No âmbito do Orçamento Participativo de 2013 foi submetido e aprovado o seguinte Projeto: "Tabu" e "E-concertar". - O Projeto "TABU" tem como principal objetivo a sensibilização da comunidade escolar e local para a temática da violência de género através da realização de peças de teatro e

ações de formação com voluntários integrados na comunidade abrangida. - Por fim, o Projeto "E-Concertar" tem como principal objetivo a implementação de uma loja social de equipamentos informáticos coordenada com os serviços da Divisão de Ação Social do Município. De acordo com os estudos promovidos pelo Município de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as competências para a gestão destes projetos ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias onde se pretendem implementar, em virtude de se encontrarem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades destas. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Selho S. Cristóvão, conforme minuta em anexo. Mais se propõe, conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este contrato interadministrativo, de acordo com a seguinte repartição de encargos: Projeto "TABU" – outubro de 2014 - €1.761,00; janeiro de 2015 - €1.761,00; abril de 2015 - €1.761,00; julho de 2015 - €1.761,00; Projeto "E-CONCERTAR" - outubro de 2014 - €1.761,00; janeiro de 2015 - €1.761,00; abril de 2015 - €1.761,00; julho de 2015 - €1.761,00." A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À



APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----
FREGUESIAS - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PROJETO:
“RAÍZES” – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO
INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NA FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - Presente a seguinte proposta: “No âmbito do Orçamento Participativo de 2013 foi submetido e aprovado o seguinte Projeto: “Raízes”. O “Projeto de Raízes”, através da criação de um Gabinete Local de Desenvolvimento Social na CSIF Sul Nascente, tem como principal objetivo dar respostas, no âmbito do apoio psicossocial, junto da comunidade, prestar apoio à organizações locais que integram aquela área territorial e efetuar intervenção social e comunitária. De acordo com os estudos promovidos pelo Município de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as competências para a gestão destes projetos ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias onde se pretendem implementar, em virtude de se encontrarem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades destas. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos Do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Moreira de Cónegos, conforme minuta em anexo. Mais se propõe, conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aprovar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este contrato interadministrativo, de acordo com a seguinte repartição de

encargos: outubro de 2014 - €8.253,00€; janeiro de 2015 - €8.253,00; abril de 2015 - €8.253,00; julho de 2015 - €8.253,00.” A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PROTÓCOLOS – ACORDO ENTRE O GOVERNO DE PORTUGAL, O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A UNIVERSIDADE DO MINHO RELATIVO À CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIDADE PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS À UNIVERSIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS EM GUIMARÃES – PORTUGAL –

RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o Acordo celebrado no passado dia 4 de agosto entre o Governo de Portugal, o Município de Guimarães e a Universidade do Minho relativo à cedência de instalações e fornecimento de equipamentos de utilidade pública e serviços públicos à Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Neste ponto é-nos proposto para ratificação um protocolo entre a Universidade do Minho, a Câmara Municipal e o Governo de Portugal. Um protocolo que revela de modo absolutamente linear aquele que é o papel da Câmara em todo este processo: o de autorizar a instalação, em edifícios seus já previamente cedidos à Universidade do Minho, do Instituto da Universidade das Nações Unidas. Este é um papel não despendendo,



diga-se, pois como em devido tempo dissemos Guimarães tinha que estar preparada, e estava, para albergar esta unidade. Pelo que assim se materializa, pela via da autorização expressa concedida pelo Município, a referida instalação. De modo algum deve, por isso, ser diminuído este que foi o papel da Câmara neste processo. Seria incorreto porque é também parte importante para a sua conclusão. Do mesmo modo que não é correto pretender-se transmitir uma ideia de que o papel da Câmara, e em particular do seu Presidente, foram para além do que é conhecido e que os factos demonstram. Dito isto e reforçando o que vem sendo dito em várias ocasiões, esta é uma das mais importantes e significativas conquistas para Guimarães. Algo por que o PSD sempre batalhou, como é público e publicado, em várias ocasiões antecedentes, e como aliás estas atas bem documentam, designadamente a ata da reunião de 21.10.2010 que expõe factos que não podem ser desmentidos nem ocultados. À conta desta importante conquista Guimarães recebeu já, do Governo de Portugal, o presente que foi ver instalada na nossa Cidade uma importante unidade da Agência para a Modernização Administrativa. Por todas estas razões, votamos favoravelmente.”

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE JULHO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014 – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de julho que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS EM CARREIRA PÚBLICA PARA O ANO LETIVO 2014/2015 –

ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o relatório final relativo à aquisição de serviços de transporte escolar de alunos em carreira pública para o ano letivo 2014/2015, que propõe a adjudicação por lotes abaixo designados: -----

LOTES	CONCORRENTES	PREÇO CONTRATUAL
1	Arriva Portugal – Transportes, Lda.	800.618,80€
2	Transurbanos de Guimarães, Transportes Públicos, Lda.	436.725,50€
3	Transdev Norte, SA	319.932,10€
4	Transcovizela – Transportes Públicos, SA	77.518,87€
5	Auto Viação Landim, Lda.	77.493,87€
6	Rodoviária D ´ Entre Douro e Minho, SA	88.469,90€
7	Delfinópolis, Ensino, Técnica de Educação, Lda.	8.200,40€
8	Didáxis – Cooperativa de Ensino, CRL.	48.807,20€

Aos valores acima indicados, **Lotes 1 ao 6**, acresce IVA à taxa legal em vigor (6%). Os **Lotes 7 e 8** estão isentos de IVA.

O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães foi demandado no âmbito do

proc.º n.º 2019/12.2BEBRG, que correu termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, e em que era autora Ana Maria Viana Santos da Cunha Cardoso, processo no



qual foi necessário representar o Município através do patrocínio jurídico de um advogado. À data em que foi recebida a primeira notificação (corria o ano de 2012), o Sr. Dr. Luis Teixeira e Melo, advogado da sociedade de advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados, com quem o Município mantém uma avença para a prestação de serviços de assessoria jurídica, informou que, naquele processo, a sociedade de advogados se encontrava impedida de patrocinar a causa, uma vez que a autora, na qualidade de solicitadora, prestava serviços ao escritório. Face a este impedimento foi necessário recorrer aos serviços de um outro advogado, tendo-se contactado o Sr. Dr. João Gomes Alves, da sociedade de advogados "Fernando Alberto, Gomes Alves, Marcos da Silva, Vieira de Castro e Associados, Sociedade de Advogados, RL" para ali representar o Município, tendo-lhe sido solicitado, por ofício datado de 14 de dezembro de 2012, o valor dos honorários respetivos com vista à preparação de todo o procedimento tendente à sua contratação, designadamente a preparação do pedido de parecer prévio à Câmara Municipal (ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril) e a emissão dos documentos contabilísticos de cabimentação e compromisso orçamental (nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro). O valor dos honorários seria de 1.500,00€, valor a que acresceria o IVA à taxa legal em vigor, acrescido das despesas que resultassem do acompanhamento do processo (despesas de expediente, taxa de justiça, etc.), valor ao qual já tinha sido aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), aplicável por força do preceituado no nº 1 do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (LOE 2012. Tendo o processo terminado recentemente,

(maio passado), através de uma transação no processo, é agora necessário proceder ao pagamento do valor dos honorários contratados. Constatou-se, contudo, que, por lapso, a proposta a submeter a reunião de Câmara nunca chegou a ser agendada, sendo agora necessário ratificar todo este procedimento naquele órgão executivo, nos seguintes termos: 1. Objeto: Aquisição de serviços de consultoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, proc. n.º 2019/12.2BEBRG, que correu termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. 2. Considerando o supra exposto e que: Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal ratifique esta aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Aquisição de serviços de consultoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 2019/12.2BEBRG, que correu termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga; b) A despesa estima-se em 1.500,00€, valor ao qual acresce IVA à taxa legalmente em vigor, bem como as despesas que resultem do acompanhamento do processo (despesas de expediente, taxa de justiça, etc.); c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto com a



sociedade de advogados “Fernando Alberto, Gomes Alves, Marcos da Silva, Vieira de Castro e Associados, Sociedade de Advogados, RL”, nos termos da al. a) do art.º 20.º e dos art.º s 128.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A redução remuneratória já se encontra incluída no valor supra mencionado, aplicada nos termos previstos no artigo 19.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), por força do preceituado no nº 1 do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (LOE 2012), em vigor à data dos factos.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS NO RECINTO DESTINADO AO DENOMINADO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE CAMÕES –

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** Realização de um procedimento para contratualização de sondagens arqueológicas no recinto destinado ao denominado parque de estacionamento de Camões. **2. Considerando:** A informação técnica prestada pela Divisão do Centro Histórico, datada de 5 de agosto de 2014, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio. Que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em arqueologia e construção civil que a intervenção perspectivada coloca. Que, de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, não existe possibilidade de

satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, à base do INA, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Que se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se novamente à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização da sondagem arqueológica na freguesia de S. Sebastião, recinto do denominado parque de estacionamento de Camões, pelo facto do procedimento anteriormente aberto para esse efeito e autorizado pela Câmara Municipal em 10 de julho de 2014, ter ficado deserto face ao valor base estimado ter sido declarado baixo e fora do valor do mercado (conforme informação da Divisão do Centro Histórico, datada de 5 de agosto de 2014, que se anexa): a) O objeto do contrato é a realização de uma sondagem prévia de arqueologia referente à intervenção a concretizar no interior do quarteirão da Rua de Camões, Rua da Caldeiroa, Rua da Liberdade. Encontrando-se perspetivada a requalificação do interior do quarteirão prevendo-se a instalação de um parque de estacionamento (com várias infraestruturas de apoio). Dada a sensibilidade do local aferida pela Divisão do Centro Histórico e bem assim, dada a sua localização face à ribeira de Couros, torna-se necessário averiguar numa primeira fase (para a tomada de decisão quanto ao parque de estacionamento previsto), a existência de património arqueológico no solo para a devida consideração no projeto. Prevê-se a realização desta sondagem numa área de cerca de 100m². b) A despesa total estima-se em €16.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica



2.4.2.07, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que, caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 76º E 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – Presente

a seguinte informação da diretora do Departamento Financeiro: “**1.**

Objeto: Contratação de auditor externo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. No âmbito deste contrato compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas entre outras funções: Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; Participar aos órgãos municipais as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos; Proceder à verificação dos valores

patrimoniais, ou recebidos em garantia, depósito ou outro título; Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do município, informação sobre a respetiva situação económica e financeira; Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinadas pela assembleia municipal; Pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei; Prestar esclarecimentos e pareceres correntes de carácter contabilístico ou fiscal que se coloquem no quadro das áreas de incidência do trabalho de auditoria. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados na área da contabilidade autárquica; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que se trata da contratação de um auditor externo, cujos serviços devem ser prestados por um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas (cfr. art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a



Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços do auditor externo, considerando os seguintes elementos: a) O objeto deste contrato é a certificação legal de contas, dos anos 2015, 2016 e 2017, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. b) A despesa anual estima-se em €12.900,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o contrato a celebrar pelo período de três anos, com início em 1 de janeiro de 2015. c) A despesa será orçamentada em cada um dos anos na rubrica 11-02.02.14 – *Estudos, pareceres, projetos e consultoria*, e será cabimentada em janeiro do ano correspondente. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 20º de acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com convite a mais do que uma entidade. e) Finalmente, informa-se que não foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, nos termos do nº9 do mesmo art.º 73º, uma vez que o contrato anterior já foi objeto de redução remuneratória.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO - ACORDO DE CEDÊNCIA DE TERRENO EM MESÃO FRIO - ESTAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA VODAFONE – Presente a seguinte informação da Coordenadora da Divisão de Património Municipal: “A sociedade “TELCABO – Telecomunicações e Eletricidade, Lda.”, na qualidade de mandatária da “VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais, SA”, vem solicitar autorização para que o pagamento das rendas relativas ao terreno que lhe está cedido junto ao depósito de água, sito no denominado Monte da Mãe de Água (rua da Arcela), da

freguesia de Mesão Frio, passe a ter a frequência mensal a partir de 1 de janeiro de 2015. Conforme Acordo de Cedência de Espaço celebrado em 10 de julho de 1998 entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Guimarães e a TELECEL – Comunicações Pessoais, S.A., foi cedida à TELECEL uma parcela de terreno do domínio público, com a área de 8,00 m², para instalação de uma estação telefónica celular, mediante a contrapartida anual de €1.000.000\$00 (€4.987,98), a pagar trimestralmente no primeiro dia útil do trimestre a que disser respeito, mediante transferência bancária. Esta contrapartida é objeto de atualização anual de acordo com o índice de inflação publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, sendo o valor atual trimestral de €1.543,86, correspondendo a €514,62 por mês. Por contrato de cessão de posição contratual outorgado no dia 27 de abril de 2007, entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Guimarães, em Liquidação, o Município de Guimarães e a VODAFONE Portugal – Comunicações, S.A., foi cedido ao Município de Guimarães a posição contratual que os referidos Serviços Municipalizados detinham com a TELECEL, à data com a firma VODAFONE Portugal – Comunicações, S.A., nas condições e prazos constantes do Acordo de Cedência de Espaço de 10 de julho de 1998. Do ponto de vista legal não existe impedimento na alteração da modalidade de pagamento da contrapartida pela cedência do referido espaço, desde que se efetue um aditamento ao contrato de cessão de posição contratual de 27 de abril de 2007. Deste modo, em caso de aceitação superior, deverá o assunto ser submetido a deliberação do executivo municipal para aprovação da alteração da modalidade de pagamento, para a periodicidade mensal, a partir de janeiro de 2015. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**PATRIMÓNIO - IDEGUI - AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS - RÁDIO UNIVERSITÁRIA DO MINHO** – Presente a

seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "O Instituto de Design, doravante designado por IDEGUI, vem solicitar autorização para a cedência de espaços da torre – piso 4, do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial com a Rádio Universitária do Minho (RUM). Assim, pretende a IDEGUI instalar no imóvel que lhe foi cedido pelo Município, em regime de comodato, uma extensão da RUM em Guimarães, com espaços próprios para produção de conteúdos jornalísticos, mediante um contrato de comodato parcial a celebrar entre as duas entidades. Nos termos do contrato de comodato celebrado entre o Município de Guimarães e a IDEGUI, em 23.05.2013, consta no seu n.º 2, da cláusula 2ª que a "*IDEGUI fica impedida de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do MUNICÍPIO*". Em caso de concordância superior, e atendendo que o contrato de comodato supra referido foi aprovado pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 12.11.2012, deverá o presente pedido de autorização de cedência de espaços da torre 4, do piso 4, do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial a celebrar entre a IDEGUI e a RUM, ser submetido a deliberação de Câmara, sendo que em caso de aceitação, a IDEGUI e a RUM deverão responsabilizar-se pelo enquadramento legal inerente à instalação e funcionamento da própria RUM. À consideração superior."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte

declaração de voto: “Esta iniciativa é merecedora do nosso aplauso e da nossa imediata adesão. De facto, a nossa Universidade do Minho tem um importante veículo de comunicação, a Rádio Universitária do Minho (RUM). No entanto a nossa Rádio Universitária do Minho não era bem nossa, não apenas pelo seu spot promocional que anunciava à exaustão que a RUM era “*para Braga e tudo à volta*” como sobretudo porque o seu distanciamento físico e material de uma das duas cidades onde está instalada a Universidade do Minho não permitia uma aproximação equitativa aos dois pólos da UM. Esta iniciativa – que desconhecemos se parte da Câmara, da UM ou da RUM – é em qualquer caso uma excelente iniciativa. Aproxima a RUM de Guimarães, e com isso, numa iniciativa que é bem mais do que simbólica, aproxima a Universidade de Guimarães. Por estas razões, votamos favoravelmente.” -----

PATRIMÓNIO – ASSOCIAÇÃO IDEGUI - AUTORIZAÇÃO PARA CEDÊNCIA DE ESPAÇOS – Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “O Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) vem solicitar autorização para a cedência de parte do imóvel que lhe foi entregue pelo Município, para a criação de um espaço destinado a bar, em regime de concessão de exploração. O objetivo da exploração do espaço é dar apoio à comunidade académica, funcionários e outros utentes do Instituto de Design, bem como proporcionar serviços a visitantes de eventos que se realizem naquelas instalações, e servir o público em geral. No contrato de comodato celebrado em 23 de maio de 2013 entre o Município de Guimarães e o IDEGUI, aprovado em reunião de Câmara realizada em 12 de dezembro de 2012, ficou claramente referido no seu n.º 2, da cláusula 2ª que o IDEGUI ficaria impedido de sublocar,



emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes daquele contrato, sem autorização expressa do Município. Por essa razão vem agora o IDEGUI solicitar aquela autorização. De acordo com o que é referido no ofício desta entidade, no projeto do edifício já existia um espaço reservado a bar, sendo este o local que agora se pretende entregar à exploração de um terceiro. Está, assim, na disponibilidade do Município autorizar, ou não, a cedência deste espaço a terceiros por parte do IDEGUI. Em caso de concordância superior, e atendendo que o contrato de comodato supra referido foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, deverá o presente pedido de autorização de cedência do espaço projetado para bar, em regime de concessão e exploração, ser também submetido a deliberação do mesmo órgão, sendo que em caso de aceitação, o IDEGUI e a entidade concessionária deverão responsabilizar-se pelo enquadramento legal inerente à instalação e funcionamento do bar. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - EXPROPRIAÇÃO DE 4 PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Jurídica: “A Câmara Municipal, no âmbito de estudo elaborado durante o mandato (1998-2001) para a construção da denominada “Cidade Desportiva”, procedeu à negociação e concretização de aquisições de parcelas de terreno imprescindíveis ao fim a que se propunha, quer através de obtenção de Declaração de Utilidade Pública (DUP) - publicada após despacho do Secretário de Estado da Administração Local, datado de 8/5/2001, publicada no D. R. II Série, nº. 118/2001, de 22/5/2001 -, quer através de negociação particular, com aqueles que se disponibilizaram a tal. Apesar de a

Câmara Municipal ter negociado amigavelmente a aquisição de diversos terrenos, ocupando-os com autorização das pessoas que se intitulavam proprietárias das áreas pretendidas e sem que tivesse havido oposição de quem quer que fosse, o facto é que a formalização de tais acordos negociais não se concretizou, para as parcelas de terreno aqui em análise. E foi nessa sequência que a Câmara Municipal, em 26/06/2008, deliberou dar início ao procedimento expropriativo que há data se reportava a 5 parcelas de terreno. Entretanto, por deliberação de 29/10/2009, a Câmara Municipal procedeu à retificação da anterior deliberação (deliberação de 26/06/2008), conforme instruções recebidas da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo que, em 2011, por deliberação de 22/12/2011, veio determinar-se que o número de parcelas a expropriar era tão só de 4, alterando-se, consequentemente, a área, a designação e o valor atribuído às mesmas. Inicialmente, os proprietários das 4 parcelas de terreno recusaram aceitar a proposta de aquisição amigável constante da deliberação de 22/12/2011, tendo, contudo, mais tarde (em maio de 2012) vindo a aceitar tal proposta, ficando acordado que o valor de €2.968.299,69 seria pago em 18 prestações, mensais e sucessivas, em que as primeiras 17 seriam no valor de €164.905,54 e a última de €164.905,51. Face ao valor em causa, foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal ocorrida em 12/10/2012, que ratificou a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação de 20/09/2012, autorizar a Câmara Municipal a proceder à aquisição das 4 aludidas parcelas de terreno na modalidade acima indicada e pelo preço referido de €2.968.299,69. Nessa sequência, submeteu-se a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (TC) a minuta do contrato de compra e venda, conforme exigido pelo artigo 5º, da Lei nº 98/87, de 26 de



agosto, na sua atual redação. O Tribunal de Contas veio, contudo, recusar o visto ao processo, nos termos do Acórdão nº 10/2013, de 23 de abril – 1ª Secção/SS (processo nº 1533/12), que aqui se dá por reproduzido, e que, em síntese, discorda da avaliação efetuada, concretamente no que respeita aos critérios utilizados para o efeito. Entendeu o Tribunal de Contas, sustentando a sua posição nomeadamente no Acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2011, de 7 de Abril, que os terrenos não podiam ser qualificados como terrenos aptos para construção, por estarem integrados na RAN, pelo que, a avaliação das parcelas em causa partiu de um princípio errado, e aplicou erradamente as normas contidas nos artigos 25º e 26º, n.º 12, do Código das Expropriações, para chegar ao critério avaliativo. Para o Tribunal os terrenos em causa estão afetos à RAN e, como tal, a avaliação dos mesmos não podia omitir essa factualidade, devendo a determinação da justa indemnização ser feita nos termos dos artigos 25º, n.º 1, alínea b), e 27º do Código das Expropriações, qualificando os terrenos como solos aptos para outros fins. Foi, então, entendimento da Câmara Municipal não recorrer da douda decisão daquele Tribunal, por considerar que a avaliação dos terrenos era exclusivamente da responsabilidade do perito da lista oficial e somente o Tribunal de Contas seria competente para contrariar tal avaliação. Nesta circunstância, procedeu-se à contratação de novo perito da lista oficial, para avaliação das 4 parcelas de terreno, agora sob o prisma e condicionalismo constante do aludido Acórdão do Tribunal de Contas, uma vez que, à luz do PDM de Guimarães atualmente em vigor, os terrenos continuam a ser parte integrante da zona de Reserva Agrícola Nacional, sendo que tal avaliação sempre seria exigida, dado o tempo entretanto decorrido desde a última avaliação (dezembro de

2011). Esta avaliação, efetuada em novembro de 2013, veio a determinar o valor total de €802.918,50. Após notificação do resultado desta nova avaliação, os proprietários informaram que não aceitavam a proposta de aquisição amigável, por considerarem que a avaliação desconsiderou as realidades de facto e de direito, tornando-se impossível a via de aquisição consensual das 4 parcelas de terreno. Assim, face à decisão do Tribunal de Contas, tornou-se impossível adquirir os terrenos em causa nos termos anteriormente acordados com os proprietários, tornando-se indispensável o processo expropriativo e a declaração de utilidade pública para se proceder à aquisição dos terrenos onde se projetou implantar, em parte, a “Cidade Desportiva de Guimarães”. Conforme já se referiu nas deliberações tomadas - deliberações de 26/06/2008, 29/10/2009 e 22/12/2011 - e foi reconhecido na Declaração de Utilidade Pública (DUP) publicada após despacho do Secretário de Estado da Administração Local, datado de 8/5/2001, publicada no D. R. II Série, nº. 118/2001, de 22/5/2001, a obra de implantação da “Cidade Desportiva de Guimarães” nestes terrenos é de reconhecido interesse público, visto que se trata de um equipamento desportivo e de lazer que faz parte de uma imensa zona agrícola e verde (denominada veiga de Creixomil), totalmente dedicada à atividade agrícola, ao recreio, lazer e conservação da natureza, que foi alvo de um projeto de requalificação ambiental, através da manutenção e recuperação das suas características predominantemente agrícolas, estruturadas em redor de uma conjugação da atividade agrícola privada e usufruto público de espaços e caminhos e da regularização e revitalização de uma linha de água estruturante para este espaço – ribeira de Couros. A denominado “Cidade Desportiva de Guimarães” ocupa uma área com (aproximadamente) 14.4 ha, e que é composto por um edifício



das piscinas, com dois tanques interiores aquecidos, um de 25m, outro de 16m, piscinas exteriores com parque de diversões aquáticas, um ginásio, gabinete de massagens, bar de apoio, a pista de atletismo Gémeos Castro, que tem 8 corredores em piso sintético e bancada com capacidade para 1200 pessoas, um espaço relvado e arborizado com parque de estacionamento de automóveis nos principais acessos, e ainda uma infraestrutura viária de acesso a toda a cidade desportiva, com faixas para a circulação viária, estacionamento automóvel e passeios para circulação pedonal, para fruição de toda a população, no âmbito da denominada "Cidade Desportiva", no contexto da competência da Câmara Municipal para criar, construir e gerir instalações e equipamentos, plasmada neste articulado (alínea ee), do nº 1, do art.º 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro). De salientar que, decorrente da autorização para ocupação das parcelas objeto deste processo, a Câmara Municipal ocupou, desde o ano de 2000, a totalidade da área das parcelas "D" e "E" e ainda parcialmente a parcela "B", com obras de construção da pista de atletismo, zonas de estacionamento, arruamentos e zonas verdes de lazer, que já se encontram concluídas, com autorização das pessoas que se intitulavam proprietárias das áreas pretendidas e sem que tivesse havido oposição de quem quer que fosse, estando ainda por ocupar a área referente à parcela "A" e a parte restante da área da parcela "B", com os campos de futebol que se projeta construir. Todavia, e atento o disposto no artigo 111º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, o pedido de declaração de utilidade pública, enviado à DGAL encontra-se arquivado, tendo sido declarado deserto pelo decurso do tempo, pelo que se considera ser de revogar as deliberações atrás mencionadas, tomando-se nova deliberação e instruindo-se o processo com os elementos

disponíveis. Deverá, assim, a Câmara Municipal deliberar, no uso das competências conferidas pela alínea vv), nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, requerer ao membro do Governo competente a declaração de utilidade pública, para efeito de expropriação, das parcelas de terreno a seguir identificadas: ---

Parcela	Área	C. R. Predial	Matriz	Confrontações	PDM
A	7.600m2	00040/(extinta freguesia de Candoso S. Tiago) União das freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos	47 R	Norte – Caminho Sul – Rua dos Vencedores Nascente e Poente – Elvira Ferreira G. Oliveira	RAN
B	9.500m2	00038/(extinta freguesia de Candoso S. Tiago) União das freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos	76 R	Norte e Nascente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira Sul – Elvira F. G. Oliveira e caminho Poente – Maria do Céu Leite da Cunha	RAN
D	43.474m2	00544/(extinta freguesia de Candoso S. Tiago) União das freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos	38 R	Norte – Caminho público Sul – Porfírio da Silva Mendes e Joaquim Pereira Nascente - Maria Helena Leite Poente – António Castro Pereira	RAN
E	9.245m2	00696/(extinta freguesia de Candoso S. Tiago) União das freguesias de Candoso S. Tiago e Mascotelos	138 R	Norte – Caminho Público Sul e Poente – terras do Casal das Mondas Nascente – Rego	RAN

Finalmente, e conforme já acima informado, os encargos previstos com a expropriação importam no valor total de €802.918,50, de harmonia com a referida avaliação, correspondendo a cada parcela de terreno os valores abaixo indicados: -----

Parcela	Valor
A	€87.400,00
B	€109.250,00
D	€499.951,00
E	€106.317,50

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira



apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de expropriação de quatro parcelas do terreno, onde foi construída a cidade desportiva, com o objetivo da resolução do processo aquisitivo iniciado há mais de uma dezena de anos, e que tem de ser concluído com respeito com os fundamentos do último acórdão do Tribunal de Contas proferido sobre a aquisição das referidas parcelas. O acórdão proferido estabelece que essa aquisição deve assentar na classificação constante do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor à data da intervenção que o classificava como reserva agrícola. A avaliação que suporta a deliberação agora votada, estabelece o valor proposto atendendo a essa classificação. Nesse sentido, compete à Câmara Municipal pedir a expropriação das referidas parcelas pelo valor da avaliação realizada.” -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR – ASSOCIAÇÃO OS PESTINHAS – Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “A associação “Os Pestinhas” através de e-mail datado de 26/05/2014, solicita a doação de mobiliário, designadamente cadeiras e mesas para apetrechamento do espaço cedido pelo Município para funcionamento da sua sede, sito na Urbanização Nº Sr.ª da Conceição, freguesia de Azurém, onde realizam atividades recreativas e de ocupação de tempos livres de crianças jovens e idosos daquele bairro social. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação desta Autarquia, existe disponibilidade na cedência de 6 mesas quadradas (baixas) e 24 cadeiras de aluno (baixas) ref.01.03, provenientes de escolas do 1º ciclo encerradas e que embora se encontrem em razoável estado de conservação, não respondem às necessidades dos estabelecimentos de ensino. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à associação “Os Pestinhas” do equipamento melhor

identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €186,00. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24 Cadeiras de aluno (baixas) ref.01.03	€4,00	€96,00
6 Mesas quadradas (baixas)	€15,00	€90,00
TOTAL		€186,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - JULHO

DE 2014 – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - RATIFICAÇÃO DE PARCERIA COM A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO- NÚCLEO REGIONAL DO NORTE

– Presente a seguinte proposta: “O Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro solicitou a colaboração institucional do Município de Guimarães para a apresentação de uma candidatura à EDP Solidária. Trata-se de um projeto de literacia em saúde que pretende, através da produção e



distribuição de um vídeo, desmistificar conceitos sobre a doença oncológica e, dessa forma, sensibilizar a população para a importância da prevenção. O projeto designado “VOX POP da Saúde” será realizado pelo Departamento de Educação para a Saúde da Liga Portuguesa Contra o Cancro, comprometendo-se a Câmara Municipal de Guimarães com o apoio logístico e técnico ao projeto nas dimensões de alocação de espaços e transporte dos técnicos especializados. Considerando a pertinência do projeto e o facto da colaboração neste projeto não constituir custos financeiros para o Município de Guimarães, foi assinado o documento de parceria de modo a que a entidade pudesse integrar a candidatura no prazo definido, e que agora se submete para ratificação.” O compromisso de parceria dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNAGUI –

Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio à UNAGUI Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL destinado à conclusão das obras da nova sede, na Travessa Padre António Caldas, freguesia da Costa, no valor de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros). A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve, há já 20 anos, um importante trabalho na promoção do envelhecimento ativo da população, área estratégica nos planos nacionais e contemplada no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do nº 2 do Artigo 3º do Regulamento n.º 607/2010 de 15

de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RONFE – Presente a seguinte

proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro Social e Paroquial de Ronfe, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, como contributo para a conclusão das obras do seu novo edifício, no valor de 70.000,00 euros (setenta mil euros). A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e propõe-se acolher no novo edifício as seguintes respostas sociais: (1) Creche, para 66 crianças; (2) Jardim de Infância com capacidade para 75 crianças; (3) ATL até aos 12 e (4) Lar para 52 idosos com 26 quartos, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do nº 2 do Artigo 3º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2015 – Presente a seguinte proposta: “Considerando o disposto no

nº 1 do art.º 26º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, proponho que seja fixada a taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António



Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro.-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que estabelece a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2014, da derrama sobre a coleta de IRC de 2014 (a cobrar em 2015) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2014, mantendo os valores aprovados no ano anterior, sem atualização com subida ou descida de taxas, atendendo à necessidade de manter e defender a situação equilibrada das finanças municipais, a qual não permite a assunção de riscos com alterações que poderiam afetar significativamente a arrecadação das receitas, apesar da sua estabilidade e equilíbrio por todos reconhecido. As medidas assumidas, no início do corrente mandato, de isenções parciais ou totais no licenciamento de projetos de interesse económico, visando incentivos ao investimento privado, à inovação empresarial, e à criação de emprego, vão ter, naturalmente, reflexos, pelo menos numa primeira fase, numa diminuição da receita municipal, pelo que, antes da exata quantificação desse impacto, não devem ser implementadas mais alterações que possam contribuir para uma outra redução de receita." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No que respeita à participação variável em sede de IRS (flexibilidade concedida às Câmaras de definirem a taxa até 5%), a lei, ao atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de definirem a taxa até 5%, isto é, ao lhes conferir a possibilidade de fazerem os seus concidadãos pagar até menos 5% de IRS do que

os habitantes de outros concelhos, deu um instrumento de política fiscal para poder ser utilizado pelos governantes municipais para atração de população ou para evitar a sua fuga, e ainda de estímulo ao aumento do poder de compra no território concelhio. Naturalmente que uma redução desta taxa implica a consequente e proporcional perda de receitas do município, pelo que a opção que há a fazer é até extremamente simples. Os dados demográficos recentes demonstraram o concelho de Guimarães a perder população, em contraciclo com os seus vizinhos mais próximos que aumentaram em população e de um modo substancial. Naquela que sempre foi a opinião manifestada pela Coligação Juntos por Guimarães e pelos partidos que a compõem, o objetivo da fixação de residentes e de atração de quadros e pessoal qualificado em geral, é um objetivo que deve ser elevado à categoria de prioritário. Guimarães deve criar condições de atratividade suplementares por forma a incentivar a fixação de quadros no nosso concelho. Foi isto que foi repetido à exaustão na candidatura que antecedeu o presente mandato, com propostas e iniciativas concretas. Por outro lado consideramos que políticas fiscais de incentivo a um aumento de poder de compra dos nossos concidadãos é uma obrigação dos governantes municipais, particularmente num concelho como o de Guimarães onde o poder de compra é dos mais reduzidos. Para estes objetivos, entendemos ser decisiva uma discriminação positiva concedida aos cidadãos Vimaraneses em sede de IRS, como medida de estímulo à fixação de quadros, de incentivo ao aumento populacional, de fomento à migração e instalação de novas famílias no nosso concelho, e de estímulo ao aumento do poder de compra. Razão pela qual, os vereadores do PSD-CDS votam contra esta proposta.” -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração**



de voto: “É frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal, que a carga fiscal está a matar a economia, ouvindo-se também dizer que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos onde os respetivos impostos municipais são inferiores aos praticados pela Câmara Municipal de Guimarães. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades económico-financeiras da Câmara para executar o programa sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, a prática política de direita, conduzida por governos do PS, do PSD, sozinhos ou acompanhados pelo CDS, tem consistido em atribuir mais competências às autarquias sem os correlativos meios financeiros, o que tem contribuído para os constrangimentos que lenta, mas inexoravelmente, vão estrangulando as câmaras municipais. Deixando de fora casos de gestão incompetente, que não se negam, manda a verdade seja dito que boa parte dos desequilíbrios orçamentais das câmaras resulta de opções dos sucessivos governos, cujo expoente máximo nesta matéria é o atual do PSD e CDS. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo. De políticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. O povo, vítima de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões, está exaurido, devido à contínua e persistente perda de poder de compra. As empresas, mormente as que vivem de e para o mercado interno, que são a

esmagadora maioria e que mais trabalhadores empregam, tentam sobreviver à perda de vendas, tentam sobreviver às arremetidas do governo inventadas por gente que vê o país da redoma doirada onde a colocaram, gente indiferente ao sofrimento que as suas opções causam. As pequenas e médias empresas industriais e comerciais, representando 80% do total, esperneiam também devido à carga fiscal imposta por governantes que, ao mesmo tempo que aligeiram a carga fiscal das grandes empresas, sobrecarregam as pequenas, numa prática cruel reveladora da hipocrisia dos que choram lágrimas de crocodilo dos que dizem estar solidários com a sorte das pequenas e médias empresas que morrem diariamente. Os sucessivos governos – e não apenas este do PSD/CDS – inventam mil maneiras de sacar dinheiro ao povo e às PME's, uma das quais é a faculdade de o que retira nas transferências do orçamento geral do estado ser substituído pela criação de novas taxas, o aumento das antigas e aplicação dos impostos municipais, decididos pelos governos, pelo máximo previsto na lei. Daqui resulta que o povo e as PME's estão exangues, fazendo sentido aligeirar ambos do jugo dos impostos. Porém, e por outro lado, também faz sentido dotar a Câmara Municipal de Guimarães dos recursos indispensáveis à realização do orçamento da sua responsabilidade. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os contribuintes, famílias e empresas, e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um posicionamento contrário ao que aprovam e



aplaudem na Assembleia da República. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral, a CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2015 fundamentada na degradação dos orçamentos das famílias, na descapitalização das pequenas empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais que nem beneficiam a Câmara nem entusiasma os cidadãos, nem as empresas, e não animam nem atraem o investimento. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes – 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respetivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respetivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, sem carregar fiscalmente as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

DIVERSOS - DERRAMA SOBRE A COLETA DE 2014 (A COBRAR EM 2015) – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 1 e 4 do art.º 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2014 a cobrar em 2015 para financiar investimentos, nomeadamente, na regeneração económica do concelho: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000;

b) – De 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas coletivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro.-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que estabelece a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2014, da derrama sobre a coleta de IRC de 2014 (a cobrar em 2015) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2014, mantendo os valores aprovados no ano anterior, sem atualização com subida ou descida de taxas, atendendo à necessidade de manter e defender a situação equilibrada das finanças municipais, a qual não permite a assunção de riscos com alterações que poderiam afetar significativamente a arrecadação das receitas, apesar da sua estabilidade e equilíbrio por todos reconhecido. As medidas assumidas, no início do corrente mandato, de isenções parciais ou totais no licenciamento de projetos de interesse económico, visando incentivos ao investimento privado, à inovação empresarial, e à criação de emprego, vão ter, naturalmente, reflexos, pelo menos numa primeira fase, numa diminuição da receita municipal, pelo que, antes da exata quantificação desse impacto, não devem ser implementadas mais alterações que possam contribuir para uma outra redução de receita.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro,



Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD-CDS propõem a aplicação de uma **Derrama transversal de 1,20%**, porque competitiva face ao que é praticado nos municípios vizinhos. Na esteira aliás do que vinha sendo proposto no mandato anterior pelos vereadores do PSD, quanto a este imposto municipal. Para o próximo exercício, propõe-nos a Câmara a manutenção da taxa da Derrama máxima para as empresas cujo volume de negócios ultrapasse os € 150.000,00 isto é, **1,5%**, e uma taxa reduzida de **1%** para as empresas cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse esses mesmos €150.000,00. Ora, o que se nos apresenta, após um período eleitoral, é a manutenção das taxas de Derrama aplicáveis no mandato anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política para a competitividade das nossas empresas, a verdade é que aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede. Em nossa opinião, a taxa aplicável à Derrama deve atender, essencialmente, ao conceito de competitividade entre municípios vizinhos, pois que nos preocupa a perda de competitividade do concelho de Guimarães face a outros municípios, por aplicação de uma Derrama superior a concelhos que apresentam uma estrutura empresarial e industrial em tudo idêntica à de Guimarães, transformando Guimarães num município fiscalmente menos atraente. Esta circunstância, da competitividade fiscal se comparada com territórios de proximidade geográfica e com municípios de configuração socioeconómica idêntica à nossa, é o principal fator a ponderar na aplicação destas taxas. Ao manter as taxas aplicadas no ano anterior demonstra a Câmara abdicar de

utilizar este imposto municipal com uma dimensão política e de competitividade ao nosso território. Aliás, refira-se mesmo que a taxa por nós proposta é uma taxa média face às duas propostas praticar pelo atual executivo socialista, pelo que não se trata aqui de propor uma descida deste imposto municipal, mas sim de o aplicar com uma filosofia totalmente diversa. Diga-se mesmo que consideramos a medida de aplicação de uma taxa mais reduzida (1%) às empresas cujo volume de negócio não ultrapasse os €150.000,00 uma medida de reduzido nexa na perspetiva, que sempre defendemos, da promoção do emprego, pois que as empresas de maior volume de negócios são necessariamente as mais capazes de nos ajudar no objetivo de combate ao desemprego. Ao se penalizar mais fortemente as empresas que têm maior potencialidade de criação de emprego, está-se a dar um sinal em sentido completamente contrário àquilo que necessita a nossa sociedade ao nível da intervenção dos seus representantes políticos. Pelos motivos expostos, os vereadores PSD-CDS votam **contra.**" -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: "É frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal, que a carga fiscal está a matar a economia, ouvindo-se também dizer que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos onde os respetivos impostos municipais são inferiores aos praticados pela Câmara Municipal de Guimarães. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades económico-financeiras da Câmara para executar o programa



sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, a prática política de direita, conduzida por governos do PS, do PSD, sozinhos ou acompanhados pelo CDS, tem consistido em atribuir mais competências às autarquias sem os correlativos meios financeiros, o que tem contribuído para os constrangimentos que lenta, mas inexoravelmente, vão estrangulando as câmaras municipais. Deixando de fora casos de gestão incompetente, que não se negam, manda a verdade seja dito que boa parte dos desequilíbrios orçamentais das câmaras resulta de opções dos sucessivos governos, cujo expoente máximo nesta matéria é o atual do PSD e CDS. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo. De políticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. O povo, vítima de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões, está exaurido, devido à contínua e persistente perda de poder de compra. As empresas, mormente as que vivem de e para o mercado interno, que são a esmagadora maioria e que mais trabalhadores empregam, tentam sobreviver à perda de vendas, tentam sobreviver às arremetidas do governo inventadas por gente que vê o país da redoma doirada onde a colocaram, gente indiferente ao sofrimento que as suas opções causam. As pequenas e médias empresas industriais e comerciais, representando 80% do total, esperneiam também devido à carga fiscal imposta por governantes que, ao mesmo tempo que aligeiram a carga fiscal das grandes empresas, sobrecarregam as pequenas, numa prática cruel reveladora da hipocrisia dos que choram lágrimas de crocodilo dos que dizem estar solidários com a sorte das pequenas e médias empresas que

morrem diariamente. Os sucessivos governos – e não apenas este do PSD/CDS – inventam mil maneiras de sacar dinheiro ao povo e às PMEs, uma das quais é a faculdade de o que retira nas transferências do orçamento geral do estado ser substituído pela criação de novas taxas, o aumento das antigas e aplicação dos impostos municipais, decididos pelos governos, pelo máximo previsto na lei. Daqui resulta que o povo e as PMEs estão exangues, fazendo sentido aligeirar ambos do jugo dos impostos. Porém, e por outro lado, também faz sentido dotar a Câmara Municipal de Guimarães dos recursos indispensáveis à realização do orçamento da sua responsabilidade. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os contribuintes, famílias e empresas, e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um posicionamento contrário ao que aprovam e aplaudem na Assembleia da República. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral, a CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2015 fundamentada na degradação dos orçamentos das famílias, na descapitalização das pequenas empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais que nem beneficiam a Câmara nem entusiasma os cidadãos, nem as empresas, e não animam nem atraem o investimento. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no



IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes – 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respetivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respetivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, sem carregar fiscalmente as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

DIVERSOS - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2014 – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 13 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando as dificuldades que famílias e empresas vão continuar a enfrentar em 2015, e pese embora o risco controlado para a sustentabilidade do orçamento municipal associado a esta medida, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do art. 112º do CIMI, com a última alteração introduzida pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que seja fixada a seguinte taxa para liquidação daquele imposto: Prédios urbanos = 0,375 %. Esta proposta de taxas representa uma redução de 25% face ao máximo permitido por lei, ficando as taxas propostas próximas do limite inferior.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro.-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que estabelece a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2014, da derrama sobre a coleta de IRC de 2014 (a cobrar em 2015) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a 2014, mantendo os valores aprovados no ano anterior, sem atualização com subida ou descida de taxas, atendendo à necessidade de manter e defender a situação equilibrada das finanças municipais, a qual não permite a assunção de riscos com alterações que poderiam afetar significativamente a arrecadação das receitas, apesar da sua estabilidade e equilíbrio por todos reconhecido. As medidas assumidas, no início do corrente mandato, de isenções parciais ou totais no licenciamento de projetos de interesse económico, visando incentivos ao investimento privado, à inovação empresarial, e à criação de emprego, vão ter, naturalmente, reflexos, pelo menos numa primeira fase, numa diminuição da receita municipal, pelo que, antes da exata quantificação desse impacto, não devem ser implementadas mais alterações que possam contribuir para uma outra redução de receita." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Ao longo de vários anos e mesmo vários mandatos que os vereadores do PSD se têm batido sucessivamente, ano após ano, pela aplicação de um diferente critério de aplicação das taxas em sede de IMI. Designadamente, sempre tem sido proposto um sistema que assente numa média ideal de receita como a relevante para aplicação do imposto. O Município tem naturalmente determinadas expectativas em termos



das receitas provenientes de cada imposto. Deverá o Município fixar um valor como sendo o ideal de receita que provirá da média de tributação dos três anos antecedentes, sendo que assim variarão as taxas em função da receita efetivamente obtida, conquanto esteja assegurada a receita ideal do Município. Assim se assegurando a necessária solidariedade para com os munícipes, isto é, por um lado, permite-se que o Município se mantenha com os índices de cobrança a que está habituado, por outro lado, permite-se que os vimaranenses possam pagar menos IMI sempre que a receita do mesmo proveniente conheça subidas significativas. Ora, o que se nos apresenta é a manutenção das taxas de IMI aplicáveis no mandato anterior. Ou seja, apesar das expectativas que foram criadas nos cidadãos, apesar da retórica nos termos da qual se voltaria a política mais para as pessoas, a verdade é que neste que é um imposto que incide muito especialmente sobre as famílias, aquilo com que nos deparamos é com uma total ausência de novidades neste novo executivo socialista. Que se limita a manter as taxas existentes no executivo que lhe antecede. Por outro lado, como é sabido, o parque habitacional concelhio foi totalmente reavaliado, os prédios do concelho de Guimarães foram objeto de reavaliações das quais resulta um aumento muito significativo da receita provinda deste imposto. Aliás, as reavaliações estão a implicar aumentos médios no valor dos prédios da ordem dos 20%, razão pela qual a própria Câmara, em sede orçamental, tem revisto sempre em alta as receitas provindas deste imposto municipal. Isto é, está criado o clima adequado para uma redução do mesmo, numa altura de particulares dificuldades para as famílias, e numa altura em que aumentará a receita do Estado. A pior imagem que a Câmara pode dar de si própria é que estão todos em crise menos a Câmara de

Guimarães. Pelo que neste contexto de aumento de receita, a manutenção das taxas corresponde na prática a uma subida do IMI. Porque subirá significativamente a receita para a Câmara. As pessoas a pagar mais não para a Câmara manter as suas receitas, mas neste caso para assegurar o seu aumento. Por estes motivos votamos contra.” -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “É frequente ouvir dizer que os portugueses atingiram o limiar do esforço fiscal, que a carga fiscal está a matar a economia, ouvindo-se também dizer que o investimento privado foge de Guimarães para os municípios vizinhos onde os respetivos impostos municipais são inferiores aos praticados pela Câmara Municipal de Guimarães. Apesar de em ambas as situações ser mais do que desejável o regresso a uma carga fiscal menos agressiva, menos dolorosa e, porque não dizê-lo, menos perversa, há que encontrar uma postura responsável, sensata que tente conciliar as legítimas preocupações dos cidadãos e das empresas com as necessidades económico-financeiras da Câmara para executar o programa sufragado pelas populações. Como todos sabem ou deviam saber, a prática política de direita, conduzida por governos do PS, do PSD, sozinhos ou acompanhados pelo CDS, tem consistido em atribuir mais competências às autarquias sem os correlativos meios financeiros, o que tem contribuído para os constrangimentos que lenta, mas inexoravelmente, vão estrangulando as câmaras municipais. Deixando de fora casos de gestão incompetente, que não se negam, manda a verdade seja dito que boa parte dos desequilíbrios orçamentais das câmaras resulta de opções dos sucessivos governos, cujo expoente máximo nesta matéria é o atual do PSD e CDS. A estas práticas lesivas das finanças municipais acresce no presente a política de austeridade e



empobrecimento da população, com cortes e mais cortes, impostos e mais impostos, um caminhar cego e doloroso para o abismo. De políticas recessivas não é de esperar senão penúria de recursos e investimento esquivo. O povo, vítima de esbulho continuado dos salários, das reformas e das pensões, está exaurido, devido à contínua e persistente perda de poder de compra. As empresas, mormente as que vivem de e para o mercado interno, que são a esmagadora maioria e que mais trabalhadores empregam, tentam sobreviver à perda de vendas, tentam sobreviver às arremetidas do governo inventadas por gente que vê o país da redoma doirada onde a colocaram, gente indiferente ao sofrimento que as suas opções causam. As pequenas e médias empresas industriais e comerciais, representando 80% do total, esperneiam também devido à carga fiscal imposta por governantes que, ao mesmo tempo que aligeiram a carga fiscal das grandes empresas, sobrecarregam as pequenas, numa prática cruel reveladora da hipocrisia dos que choram lágrimas de crocodilo dos que dizem estar solidários com a sorte das pequenas e médias empresas que morrem diariamente. Os sucessivos governos – e não apenas este do PSD/CDS – inventam mil maneiras de sacar dinheiro ao povo e às PME's, uma das quais é a faculdade de o que retira nas transferências do orçamento geral do estado ser substituído pela criação de novas taxas, o aumento das antigas e aplicação dos impostos municipais, decididos pelos governos, pelo máximo previsto na lei. Daqui resulta que o povo e as PME's estão exangues, fazendo sentido aligeirar ambos do jugo dos impostos. Porém, e por outro lado, também faz sentido dotar a Câmara Municipal de Guimarães dos recursos indispensáveis à realização do orçamento da sua responsabilidade. Da conjugação destas dinâmicas de sentido antagónico - desafogar financeiramente os

contribuintes, famílias e empresas, e dotar a Câmara dos mínimos indispensáveis ao seu normal funcionamento - resulta um desequilíbrio orçamental que não pode ser ignorado ou menosprezado numa lógica de gestão responsável. A CDU não é a favor do agravamento de impostos, mas também não acompanha os que indiferentes à sorte das finanças da Câmara assumem em Guimarães um posicionamento contrário ao que aprovam e aplaudem na Assembleia da República. Em linha de coerência com o seu programa eleitoral, a CDU propõe uma redução dos impostos municipais para 2015 fundamentada na degradação dos orçamentos das famílias, na descapitalização das pequenas empresas e numa política de atração do investimento gerador de emprego. Não nivelamos por baixo, não propomos a redução para os valores mínimos legalmente previstos, mas também não aceitamos pequenas reduções de alguns pontos percentuais que nem beneficiam a Câmara nem entusiasmam os cidadãos, nem as empresas, e não animam nem atraem o investimento. Enquanto na derrama municipal a nossa preferência é pela sua suspensão, no IRS parece-nos justa uma repartição entre o que reverte a favor do orçamento da Câmara e o que é devolvido aos contribuintes - 2,5% para cada lado. Já quanto ao IMI propomos a reconsideração dos respetivos limites inferior e superior para 0,35% e 0,65% respetivamente. As nossas propostas respeitam o compromisso que assumimos com os cidadãos que confiaram na CDU e dotam a Câmara dos meios necessários e suficientes para funcionar com racionalidade económica, sem carregar fiscalmente as populações e as atividades económicas instaladas em Guimarães.” -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA**



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 17 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

**CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**